



---

#### **Autor(res)**

Arthur De Sousa Fernandes  
Annie Lara Gomes Sathler Berbert  
Gustavo Rodrigues Dias  
Melissa Franco De Freitas  
Maria Julia De Oliveira Martins  
Samara Sardemberg Costa Souza

#### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

#### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE IPATINGA

#### **Resumo**

Este artigo aborda o dever do Estado em prover a quem quer que esteja necessitado de medicamentos, tratamentos, insumos, ou outras necessidades hospitalares e sua ajuização facilitada pela justiça especial. Trata-se de um informativo aos cidadãos brasileiros, naturalizados e estrangeiros em território brasileiro, de seus direitos à saúde digna. Além disso, o artigo analisa o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na tentativa de qualificar a atuação do Poder Judiciário diante das demandas por tratamentos e medicamentos não ofertados pelo SUS. Conclui-se que a atuação técnica e preventiva do CNJ é fundamental para o equilíbrio entre o direito individual à saúde e a sustentabilidade do sistema público.